

Rio Branco e o Exército

Luiz Paulo Macedo Carvalho*

Resumo: Palestra proferida em 12 de dezembro de 2002, no auditório do IGHMB, recorre a dados biográficos, fatos históricos e passagens do relacionamento do Barão do Rio Branco com alguns dos maiores vultos da nossa História Militar para comprovar sua admiração pela profissão das armas.

Palavras-chave: Defesa nacional e política externa, vontade e poder, reorganização das Forças Armadas e rearmamento.

O nome do Barão do Rio Branco acha-se indissolúvelmente ligado ao do Exército.

As suas raízes explicam a admiração e a inclinação reveladas pela profissão das armas. O bisavô materno era major do Exército português. O tio-avô paterno, que criou seu pai órfão, era coronel do Exército. José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde, após ser promovido a guarda-marinha, matriculou-se no 2º ano do curso da Escola Militar (Escola Central). Promovido a segundo-tenente, ingressou no Corpo de Engenheiros, vindo a tomar-se professor de Balística, Mecânica e lente catedrático de Artilharia e Fortificações da referida escola. Mais tarde, chegou a Ministro da Guer-

ra. Depois, quando chanceler, identificado que era, desde cedo, com as lutas no Prata, afastou-se da Pasta dos Negócios Estrangeiros para manter entendimento direto com o Conde d'Eu, comandante do Exército aliado, ao receber a missão de seguir para a capital guarani com o objetivo de organizar o novo governo do Paraguai. Nessa época – há controvérsia – ter-se-ia feito acompanhar pelo filho primogênito, "Juca" Paranhos.

Dentre os sete irmãos de José Maria da Silva Paranhos Junior houve um – João Horácio Paranhos –, esgrimista renomado, que deixou o Exército no posto de major de Cavalaria.

Max Fleiuss [na síntese biográfica do Barão em *História do Brasil*] e o Capitão Theótimo Ribeiro [em artigo na *Revista do*

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior, Presidente do IGHMB e membro do IHGB.

Clube Militar] declararam, sem confirmação, que tentara a carreira das armas, como aluno da Escola Militar, onde teria sido contemporâneo de Floriano Peixoto e outros. Paíram dúvidas sobre isso, conforme esclarece Paula Cidade.

O outro elo de ligação do Barão do Rio Branco com o Exército encontra-se no culto e na divulgação dos feitos das Armas brasileiras e de seus atores. A propósito, vale recordar o seu testemunho escrito e oral em discurso proferido em 9 de outubro de 1909, por ocasião de um almoço no quartel do 13º Regimento de Cavalaria, na cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul:

(...) a minha simpatia, o meu verdadeiro afeto por eles [militares] é muito antigo, pois vem dos tempos já muito remotos da minha primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares, conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-Pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nossos heróis, morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assunto episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei, quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti

grande atração. Tive a fortuna de conhecer de perto muitos de nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório (...) e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima. Os sentimentos da minha mocidade para com o nosso Exército (...) não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam todos os povos.

Comprova-se, assim, a inclinação pessoal, manifesta já na juventude, pelos estudos de História Militar.

Como aluno do Colégio Pedro II, inicia a sua vida de historiador militar escrevendo *Episódios da Guerra do Prata*, arriando-se nas narrativas entusiásticas de testemunha ocular de seu pai sobre tais acontecimentos.

Ainda jovem estudante de Direito, consagra-se como autor do *Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo*, que lhe valeria, posteriormente, a eleição para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual chegaria a presidir. Trechos desse trabalho mereceriam também inclusão na célebre *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos de Luet.

Prossegue publicando seus trabalhos na *Revista Mensal do Instituto Científico de São Paulo*, tendo por tema a Cisplatina e

as biografias do Barão do Cerro Largo e do comandante da *Imperatriz*.

No Recife, em 1866, ao cursar o último ano de Direito, dedicou-se à pesquisa das lutas contra os holandeses no século XVII. Foi quando teve a atenção despertada pela Guerra do Paraguai, à qual dedicaria seus estudos durante a vida inteira. Tornando-se correspondente da conhecida revista francesa *L'Illustration*, remete notícias, publica crônicas e esboços, como os da rendição de Uruguaiana e da batalha de Riachuelo. Particularmente, divulga as vitórias decisivas de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança, visando a que as glórias das Armas nacionais não fossem adulteradas ou menosprezadas. A esse propósito, vale citar o enriquecedor trabalho do Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo – *Rio Branco e L'Illustration* – constante da *Revista do IHGB*, publicado no número de julho/setembro de 1945.

Aos 30 anos, em 1875, eleito para sócio honorário do IHGB, dá início à publicação comentada de *Anotações à Guerra da Tríplice Aliança*, de Ludwig Schneider, conselheiro de Guilherme I, rei da Prússia e imperador da Alemanha, que o imortalizaria como historiador militar em edição do Estado-Maior do Exército (1924), na gestão do General Tasso Fragoso, não menos conhecido historiador.

O Duque de Caxias, quando Ministro da Guerra, em 18 de outubro de 1876, escreveu carta em que o reconhecia autoridade como historiador militar, solicitando-lhe colaboração e opinião a respeito da edição do terceiro volume do livro de Schneider:

Ilustríssimo Sr.

Dr. José Maria da Silva Paranhos

Remeto a V. Sa. a tradução feita pelo Capitão de Estado-Maior de 1ª classe, Bacharel José Bernardino Bornmann, do terceiro volume da obra intitulada *A*

Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai, por L. Schneider.

Achando-se já publicada a tradução dos primeiro e segundo volumes da referida obra, cujo merecimento V. Sa. conseguiu fazer realçar com as suas importantes anotações, espero que continue a prestar o mesmo serviço examinando aquele trabalho, para

que se conclua, como convém, tão interessante publicação.

Peço a V. Sa. se sirva informar-me se será mais vantajosa a impressão desse trabalho na Europa.

Sou com toda a estima de V. Sa. amigo (...).

Duque de Caxias

O sonho acalentado por Rio Branco era escrever a História Militar do Brasil. Para isso, foi coletando dados preciosos das pesquisas realizadas e, nas horas vagas,

Os povos que desdenham as virtudes militares e não se prepararam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota.

punha-se a desenvolver o texto de *Apointamentos para a História Militar do Brasil*. Alguns trechos desta obra inacabada chegaram a ser divulgados na *Revista Americana*, em 1916.

Em correspondência de fevereiro de 1867 do grande Capistrano de Abreu a Rio Branco, ficou atestada a dedicação e importância dada à História Militar do Brasil, citada por Affonso de Carvalho em *Rio Branco, Sua Vida, Sua Obra*:

Vi com muito prazer que brevemente, isto é, daqui a uns quatrocentos dias, multiplicados por 24 horas e estas pelos respectivos minutos e segundos, teremos a História Naval Brasileira. Mas só a História Naval? E a História Militar, a começar pela Guerra Holandesa? Há tantos anos que V. Sa. a estuda e conhece tão bem que mais longa demora é uma lesão pública (...).

Acrescenta em outra carta: "Por que V. Sa. não se resolve a fazer uma edição preparatória em nossa coleção?"

O historiador militar, o então Tenente-Coronel Augusto Tasso Fragoso, em longa suaclação a Rio Branco feita em nome do Exército no Clube Militar, assim se expressa:

Coube a V. Exa., Senhor Barão do Rio Branco, a maior parte dessa invejável tarefa. Revogando o passado, restabelecendo a obra ingente de nossos maiores, defendendo o nosso direito perante dois árbitros e firmando os nossos dois últimos tratados de limites, V. Exa. não marcou só no espaço o âmbito de nossa morada, senão que se construiu na síntese mesma da nossa raça, pela afirmação de sua obra, de sua fé na

Justiça e de seus esforços de labor pacífico. O nome de V. Exa. está para todo o sempre indissolúvelmente ligado ao da nossa nacionalidade.

Essa só circunstância bastaria para explicar por que o Exército entendeu que não deveria faltar neste clube o retrato de V. Exa. Somos um instrumento da Pátria, pronto a sacrificar-se pela sua defesa.

(...) Definir a Pátria e lembrar-nos a sua história é preparar-nos para a nossa função; é, em uma palavra, colaborar conosco.

Mas não é somente isso que nos aproxima de V. Exa. e justifica esta simples homenagem. Foi V. Exa. sempre um cultor apaixonado de nossas tradições militares e, por isso, prestou ao Exército o inestimável serviço de restabelecer a verdade, comentando, com rara mestria, uma obra em que se narra um dos mais importantes episódios de nossa vida militar.

As Forças Armadas devem a V. Exa. imensa gratidão por essa defesa espontânea, em que V. Exa. antepôs aos conceitos injustos e deprimentes da nossa raça e dos nossos hábitos, gerados no ódio ou na inveja, a realidade palpável de nossos sentimentos e de nossas ações.(...) Essa fidelidade ao destino, essa permanência na trilha seguida desde a mocidade, deve servir-nos de exemplo: mostra quão úteis poderemos ser à nossa Pátria, mantendo-nos inflexíveis na linha do dever e da disciplina.

Em sua trajetória brilhante rumo à imortalidade, sempre o destino, com seus recônditos desígnios, marcaria a existência de

Rio Branco por históricos encontros com três generais – Caxias, Floriano e Hermes.

O Imperador se mostra irredutível em nomear “Juca” Paranhos cônsul em Liverpool. A fama de boêmio aos tempos de estudante em São Paulo escandalizara a Corte. O Imperador viaja e o Duque de Caxias, amigo do Visconde do Rio Branco e do Ministro dos Negócios Estrangeiros – Barão de Cotegipe –, é alçado à chefia do Gabinete. A Princesa Isabel cede à insistência de Caxias e, finalmente, abre-se o caminho para o Barão do Rio Branco atestar o seu valor pela mão daquele, no dizer de Dinah Silveira de Queiroz, “que edificou um grande Exército, ajudou a quem iria edificar uma grande diplomacia”.

Floriano, já nos albores da República, viria assegurar o título de Barão a José Maria da Silva Paranhos Junior, com o qual passaria à História, e a oportunidade, como advogado do Brasil, de dirimir, definitivamente, o antigo litígio das Missões, cujas negociações iniciais eram devidas a seu pai.

O marechal o conhecia desde os tempos de jovem militar. Por isso, em plena República, Rio Branco dirige-se a Floriano consultando se havia inconveniente em continuar usando o título nobiliárquico de barão concedido no Império. Ao que, sutilmente, Floriano, com grande inteligência, na carta dava-lhe tratamento íntimo de “meu caro Juca” e tratava de vários as-

suntos de interesse comum a dois amigos sem, contudo, fazer menção à consulta de Rio Branco. Todavia, no endereçamento constante do envelope lia-se: Exmo. Sr. Barão do Rio Branco.

Da mesma forma, quando o presidente clama por alguém para defender o País como advogado no caso das Missões, não hesita em acolher a indicação do nome de seu antigo companheiro e amigo, professor do Colégio Pedro II, profundo conhecedor de História e Geografia. Confia-lhe o en-

cargo da defesa dos interesses do Brasil na acirrada demanda com a Argentina, que nos ameaçava separar o Paraná do Rio Grande do Sul com o estabelecimento de um enclave.

A gratidão pelo triunfo alcançado na questão das Missões não é esquecida quando, em telegrama a um amigo, pede: “Faráis o favor de dizer ao nosso amigo Marechal

Floriano Peixoto que nunca esquecerei que foi ele quem me confiou o posto, onde, com o seu apoio, pude fazer alguma coisa pela nossa terra.”

Hermes e Rio Branco se completaram reciprocamente, marcando época. O fator determinante do sucesso alcançado por ambos os protagonistas no cenário político-militar foi a comunhão de ideais entre o Chanceler e o Ministro da Guerra e Presidente, por um Brasil forte para viver respeitado e em paz.

Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais. Mesmo os estados neutralizados, como a Suíça e a Bélgica, cuidam séria e patrioticamente da sua defesa militar, na previsão de possíveis complicações e ataques.

Rio Branco era apologista ativo da modernização das Forças Armadas, tendo sempre defendido a reorganização e a profissionalização do Exército que deveria ser, no seu entender, bem-remunerado, equipado e adestrado, compatível com a postura estratégica do País. Segundo Álvaro Lins, mostrava-se contrário ao militarismo, traduzido na anomalia do militar intervir no campo político.

Às vésperas da proclamação da República, enviara ao Visconde de Ouro Preto manuais de instrução do Exército francês nos quais se exigia dos militares juramento de fidelidade aos poderes constituídos, com solicitação de serem traduzidos e distribuídos aos oficiais brasileiros.

Discordava completamente da reação militarista evidenciada no caso Dreyfus.

Condenava o imperialismo e o militarismo britânicos na África do Sul, por ocasião da Guerra dos Bôeres, em carta endereçada a Nabuco, nos seguintes termos: (...) “Se ela [influência benéfica e civilizadora da Inglaterra] decer, teremos a influência da força e do militarismo. Deus nos livre disso.”

Desmentindo a pecha de militarista e imperialista lançada pelo Chanceler argentino Estanislau Zeballos – caso do telegrama nº 9 – afirmou, no famoso discurso do Clube Militar, agradecendo a homenagem do Exército em 15 de outubro de 1911, pouco antes de sua morte:

Mas, ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa

gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da Pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido, ou seja, um militarista, como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser alguns dos combatentes, mal-informados dos meus sentimentos e ações.

Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais em pouco tempo haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

(...) Os povos que, a exemplo dos do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e não se preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota.

Terminada a Guerra da Tríplice Aliança, ainda no Império, constatava-se notório desprezo para com os veteranos da campanha paraguaia (à semelhança do enfrentado pelos ex-combatentes da FEB após a Segunda Guerra Mundial), por razões políticas e

ideológicas. Havia receio que chefes militares, cobertos de glória nos campos de batalha, valer-se-iam do prestígio e da força com fins políticos, para demobilar a Monarquia. Um antimilitarismo generalizou-se por toda a Nação, plena de incertezas internas e externas, disseminado pela ideologia positivista que colocava em risco a segurança nacional.

Tasso Fragoso relata que os veteranos do Paraguai escondiam suas medalhas temendo que as novas gerações as considerassem símbolos de vergonha.

A Revolução Federalista de 1893 dera testemunho do estado de abandono e despreparo do Exército para manter a ordem e preservar a tranquilidade no País.

Canudos, quatro anos depois, surpreendeu o Exército à míngua de tudo, impondo-lhe humilhação em sérios reveses, exigindo o emprego de quase todo o seu efetivo para debelar jagunços insurretos.

A Revolução Acreana novamente reclamou ingentes esforços para deslocar pequeno efetivo militar àquela região amazônica.

Valhamo-nos de trechos de Paula Cidade em *Barão do Rio Branco* para se ter a justa medida da situação vivida pelo Exército na época:

Quando o grande brasileiro assumiu a direção dos negócios externos do Brasil, as nossas Forças Armadas não possuíam o mínimo indispensável ao desem-

penho de sua função garantidora da integridade territorial do País. (...) O Exército (...) achava-se tecnicamente nos moldes de 1870.

Em tática, havíamos esquecido o emprego das grandes unidades.

(...) Quando Rio Branco teve necessidade de movimentar tropas em direção a certas fronteiras (...) os soldados ignoravam quase tudo quanto deveriam saber sobre o emprego de suas armas.

(...) Não possuíamos armamentos de

reserva correspondentes aos efetivos que poderíamos mobilizar. Aliás, não tínhamos considerado o Exército em seu conjunto, uma idéia clara sobre o que devia ser uma mobilização.

Rio Branco apreendeu tudo isso num relance de olhos e empregou sua grande popularidade para apoiar a idéia vencedora, no seio das classes armadas, de

uma grande reorganização militar do País.

Retomando ao Brasil, Rio Branco logo se identificou com Hermes, que passou a ser alvo de suas simpatias.

Graças à sua influência na Alemanha, quando ministro brasileiro em Berlim, Hermes foi convidado por Guilherme II a assistir as grandes manobras do Exército daquele país. Hermes visitou a Alemanha e, ao lado do Kaiser, assistiu o monumental desfile das formações emassadas de ulanos, dra-

Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência.

gões e couraçados, ao som marcial de clarins e trompas, nos campos de Tempelhof.

A partir daí, idéias novas prevaleceram e grandes transformações se deram no Exército brasileiro. Ocorreram, no curato de Santa Cruz, as primeiras manobras após vinte anos. Duraram três semanas e contaram com um efetivo de uma divisão e com a presença do Barão do Rio Branco a cavalo, ao lado do Ministro da Guerra.

Constituíram um marco na história de nosso Exército a reorganização empreendida e o rearmamento por que passou com a chegada dos novos fuzis *Mausser*, dos canhões e obuses *Krupp*, das lanças *Eralhardt* e espadas, a instalação da fábrica de pólvora sem fumaça em Piquete, a criação de parques de armamento e de material aerostático, a constituição de brigadas estratégicas, a construção da Vila Militar e do Campo de Instrução de Gericeinó, a aprovação da Lei do Serviço Militar, o aparecimento dos tiros de guerra e dos clubes de tiro, o artilhamento da Artilharia de Costa e o início da construção do Forte de Copacabana, a introdução da ferramenta de sapa no equipamento individual do soldado, a adoção de novos regulamentos, o fim da promoção a marechal em tempo de paz, a criação da Escola de Aviação Brasileira etc. Mudou-se a mentalidade dos oficiais do Exército com o estágio de oficiais na Alemanha, que redundou no aparecimento dos "jovens turcos", responsáveis pela profissionalização do Exército.

Entre a juventude que, contagiada pelo ardor de servir à Pátria, se apresentava voluntariamente, encontravam-se o filho de Rio Branco e o do Presidente Afonso Pena.

A ação do binômio Rio Branco-Hermes se fazia sentir por toda parte. Tudo que dizia respeito à defesa nacional recebia o apoio de Rio Branco.

Em discurso pronunciado em 10 de novembro de 1906 no Palácio Itamaraty, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Exército, assim traduziu o seu pensamento com respeito à defesa nacional:

Mas o nosso amor da paz não é o motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas que, devemos crer, está felizmente encerrado para sempre.

Não depende da vontade uma nação evitar conflitos internacionais. Mesmo os estados neutralizados, como a Suíça e a Bélgica, cuidam séria e patrioticamente da sua defesa militar, na previsão de possíveis complicações e ataques. A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo de vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõe-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar. Carecemos de Exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos de reconquistar para nossa Marinha a posição que antigamente ocupava.

(...) Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comu-

nidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência.

Conta Affonso de Carvalho que o pai dele integrava a comissão julgadora do novo canhão a ser adotado pela artilharia de campanha brasileira. As provas técnicas tinham lugar no Polígono de Tiro de Realengo. Lembra que seu pai saía às pressas e de madrugada para o campo de provas a fim de não chegar após o Chanceler Rio Branco.

O valor atribuído ao Barão do Rio Branco pelo Exército pode ser aquilatado por dois fatos marcantes e paralelos. Por ocasião do falecimento do Barão, foram prestadas honras militares no seu sepultamento, em cerimônia nunca igualada – câmara ardente com permanente guarda de oficiais, caixão transportado em carreta militar conduzida a pé por cadetes das escolas de formação de oficiais, guarda de honra no valor de cinco brigadas, comandada pelo chefe do Estado-Maior do Exército, bandas intervaladas executando acordes da Mar-

cha Fúnebre, escolta a cargo dos Dragões da Independência, salvas dadas por uma bateria do 1º Regimento de Artilharia acompanhada pelas fortalezas e navios de guerra, que salvaram simultaneamente, numa orquestração tremenda de estampidos. Ao mesmo tempo, num distante rincão da fronteira gaúcha com o Uruguai, em território delimitado pelo gênio de Rio Branco, os soldados espontaneamente se descobriram, em demonstração de profundo pesar, quando foi decifrada a mensagem heliográfica recebida comunicando a morte do *Bene-mérito Brasileiro* – título conferido a ele por lei federal.

Tais demonstrações, pomposas ou singelas, traduzem a estima, a consideração e a gratidão imorredoura de que era objeto o Barão do Rio Branco, em toda a escala hierárquica do Exército.

Resta o ensinamento legado, caído no esquecimento em nossos dias, de que a política externa e de defesa se completam e se fazem com vontade e poder.



BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *História do Grande Chanceler*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.
- CARVALHO, Affonso de. *Rio Branco, Sua Vida, Sua Obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. "Hermes – o Pai do Exército Moderno". *A Defesa Nacional*, n. 784. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- PARANHOS, José Maria da Silva. *Obras do Barão do Rio Branco*. Tomo IX. Discursos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- PAULA CIDADE, Francisco de. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.
- RICUPERO, Rubens. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.